

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº DE 2015.

(Do Sr. Waldenor Pereira)

Requer sejam convidados o Sr. Secretário de Educação do Estado do Paraná, e o Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requiro de V. Ex^a, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública, Sr. Fernando Xavier Pereira - Secretário de Educação do Estado do Paraná e o Sr. Fernando Francischini - Secretário de Segurança Pública do Paraná, a fim prestarem esclarecimentos sobre a ação da Polícia Militar do Estado do Paraná, aos professores e servidores da rede estadual da educação naquele estado.

JUSTIFICAÇÃO

Curitiba, 29 de abril de 2015. Pela manhã, professores, funcionários da rede estadual de ensino e de outras categorias do serviço público do Paraná começaram a chegar à Praça dos Três Poderes, Centro Cívico da cidade.

Os professores da rede estadual e servidores em greve protestavam de forma pacífica contra o Projeto de Lei 252/2015, que dispõe sobre a reestruturação do plano de custeio e financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, a avaliação da categoria é que a iniciativa causaria prejuízos aos servidores,

especialmente aos aposentados e pensionistas, quando foram duramente reprimidos pela ação brutal e repressora da polícia do estado do Paraná.

O projeto, agora Lei, já sancionada, permite ao governo sacar mensalmente, valores corrigidos – do fundo ParanaPrevidência, confiscando a poupança previdenciária de 200 mil servidores públicos do Estado.

Segundo a imprensa, durante quase duas horas, 1.800 policiais lançaram sobre os manifestantes aproximadamente 1.500 bombas de efeito moral, além de balas de borracha, gás lacrimogêneo, spray de pimenta, cães e cassetetes.

Todavia, do caminhão de som da Associação dos Professores do Paraná (APP), líderes do movimento imploravam para que os policiais esperassem a retirada dos feridos. Mas os pedidos eram ignorados e as bombas sucediam.

Os feridos tinham que ser resgatados sob o “fogo” cerrado das balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral lançadas às vezes de longa distância.

Diante de imagens veiculadas na imprensa, podem-se identificar os excessos cometidos pelos policiais do Paraná, observando-se que os mesmos não portavam apenas as chamadas armas não letais. Muitos carregavam no coldre arma de fogo, na cintura, usadas no dia-a-dia de trabalho.

É inadmissível, em pleno estado democrático de direito, que cenas como estas aconteçam. É inadmissível que governos e legisladores eleitos democraticamente portem-se como ditadores e usem da ação violenta para impedir o povo de acompanhar as decisões parlamentares. É inadmissível que profissionais da Educação sejam agredidos pela força policial.

Assim, dado a relevância e gravidade da ação, faz-se necessário que este órgão técnico realize reunião de audiência pública, com a presença dos Secretários de Educação e Segurança Pública do Estado do Paraná a fim de prestarem esclarecimentos e a este parlamento e em especial à população sobre a ação da Polícia Militar aos professores e servidores da educação do Estado do Paraná.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Waldenor Pereira
Deputado Federal – PT/BA